

SISTEMA FAEP



BOLETIM

informativo

Ano | nº | 6 a 12 de abril
XXIV | 1046 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

Encarte mostra fotos dos seminários de meio ambiente



A FAEP promoveu em oito municípios seminários sobre meio ambiente que reuniram mais de 25 mil produtores rurais. Nesta edição publicamos Encarte Especial fotográfico sobre esses encontros. Confira.

Governo distribui R\$ 151,8 milhões ao MST



Relatório da ONG Contas Abertas mostra que o montante envolvido nos repasses da União para as 43 entidades que financiam atividades do MST chega a R\$ 151,8 milhões, distribuídos em quase mil convênios celebrados, desde 2002. Pág. 9



GOVERNO DO ESTADO

FAEP cobra medidas para amenizar impacto da estiagem no Paraná

Pág. 3



O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, cobrou do governo do estado esclarecimentos sobre os processos que analisam a situação de

emergência dos municípios atingidos pela seca no Paraná, e também as razões pela demora no encaminhamento dos processos para Brasília.

Fundepec promove debate sobre sanidade e desenvolvimento

Pág. 16

Entidades que integram o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec) promovem no dia 17, em Curitiba, o encontro "Sanidade: Garantia de Desenvolvimento".

O evento, que acontece no ExpoUnimed - Universidade Positivo, conta com apoio do Sistema FAEP, Secretaria estadual da Agricultura e Associação dos Municípios do Paraná (AMP).



AGRINHO

Inovação metodológica garante melhor formação de instrutores do SENAR-PR



Preparar os instrutores para que sejam multiplicadores de metodologias de aprendizagem colaborativa por meio de oficinas que serão realizadas no interior do Paraná. Este é o mais novo desafio do SENAR-PR no que se refere ao Programa Agrinho.

Entre os dias 01 e 04 de abril, foi realizado no Hotel Nikko, em Curitiba, o curso de formação dos instrutores do Agrinho. O evento também serviu para atualizar os 22 participantes sobre a inovação metodológica do Programa, que ocorreu em 2007.

Segundo a pedagoga do SENAR-PR, Josimeri Grein, o objetivo do evento foi mostrar aos instrutores as alternativas em metodologias de aprendizagem que eles oferecerão aos professores que participam do Agrinho. “São metodologias de projetos, sala-de-aula interativa, técnica de mapas conceituais e utilização de mídia. Os instrutores estão tendo uma formação para que sejam multiplicadores”, disse.

Novidade - “Levar aos professores

algo mais que as temáticas. Ou seja, propostas metodológicas que são a grande carência deles”. Esta é a opinião da instrutora do SENAR-PR, Maria Cecília dos Santos Rodrigues, sobre a novidade metodológica do Programa.

Além disso, os professores não recebem apenas as sugestões metodológicas, mas também o respaldo para que os resultados visados com as metodologias realmente

sejam atingidos. “Esse respaldo é garantido aos professores por meio de teorias e artigos de pesquisadores”, comentou.

A inovação metodológica contida no Programa reforça a liberdade de professores e alunos para inovar, criar e interagir entre eles e os coordenadores do Agrinho. “Assim, há a possibilidade de mudar a vida e a realidade desses alunos que, geralmente, têm carências sociais. E o Programa possibilita isso, já que discute temas de relevância social”, afirmou a instrutora do SENAR-PR.

Aprovação – Durante o curso, os participantes tiveram acesso aos resultados do levantamento da Paraná Pesquisas. “Concluiu-se que o Agrinho é muito bem aceito no interior do estado. Em quase todos os quesitos pesquisados, a aprovação do Programa é de 100%”, afirmou Grein.

Com o objetivo de conhecer melhor as inovações metodológicas, a supervisora do Programa Agrinho do SENAR-DF, Magda Francisca Viana de Souza, participou do curso de formação dos instrutores. “Espero poder transmitir ao pessoal de Brasília todo esse conhecimento. O que passaram aqui é de muita valia”, disse.

Idealizado no Paraná em 1995, o Agrinho foi a campo no ano seguinte. No Distrito Federal, o Programa existe desde 2003. “Foi muito interessante participar desse curso aqui no Paraná pelo fato de termos este estado como referência em Agrinho. O SENAR-PR é o pai do Programa e nós somos os filhos”, comentou Souza.



EMERGÊNCIA

Meneguette cobra do Governo do Estado medidas para amenizar impacto da estiagem

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, enviou ao governador Roberto Requião ofício (dia 1.º) solicitando esclarecimentos sobre os processos que analisam a situação de emergência dos municípios atingidos pela seca no Paraná, e também as razões pela demora no encaminhamento dos processos para Brasília.

Segundo Meneguette, apesar da seca que assolou o Paraná recentemente, o Estado não possui município com situação de emergência reconhecido pelo governo federal e, pior ainda, nenhum com processo em análise de reconhecimento na Defesa Civil Nacional. “Situação climática similar à enfrentada pelo Paraná atingiu o Rio Grande do Sul. Porém, os gaúchos têm 42 municípios com situação de emergência e 34 municípios em processo de análise na Defesa Civil Nacional”, diz o presidente da FAEP no ofício.

“Há uma evidente demora na análise dos processos das prefeituras no Paraná, que prejudicará os produtores rurais, caso o governo federal adote, como em anos anteriores, a situação de emergência como critério nas regras de renegociação de dívidas”, afirmou.

Meneguette lembra que o site da Defesa Civil Estadual também está sem informações sobre o andamento dos processos. Em 2005 e 2006 essa informação estava disponível para a sociedade. Agora somente pedindo a informação por e-mail. O mesmo não ocorre no site da Defesa Civil Estadual do Rio Grande do Sul, que informa os municípios atingidos, vistoriados e em Situação de Emergência (SE). “Solicitamos também que o site da Defesa Civil Esta-



dual do Paraná disponibilize informações a exemplo do Rio Grande do Sul”.

Técnicos da Defesa Civil do Governo do Paraná confirmaram que

já foi enviado a Brasília no dia 27 de março a solicitação de estado de emergência para o município de Renascença. Outros 16 municípios ainda estão em fase de análise.

Presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette

Confira a íntegra do ofício:

“Ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião

Apesar da seca que assolou o Paraná recentemente, o Estado não possui município com situação de emergência reconhecido pelo governo federal e, pior ainda, nenhum com processo em análise de reconhecimento na Defesa Civil Nacional.

Situação climática similar à enfrentada pelo Paraná atingiu o Rio Grande do Sul. Porém, os gaúchos têm 42 municípios com situação de emergência e 34 municípios em processo de análise na Defesa Civil Nacional.

Há uma evidente demora na análise dos processos das prefeituras no Paraná, que prejudicará os produtores rurais, caso o governo federal adote, como em anos anteriores, a situação de emergência como critério nas regras de renegociação de dívidas.

Além disso, o site da Defesa Civil Estadual também está sem informações sobre o andamento dos processos. Em 2005 e 2006 essa informação estava disponível para a sociedade. Agora somente pedindo a informação por e-mail. O mesmo não ocorre no site da Defesa Civil Estadual do Rio Grande do Sul, que informa os municípios atingidos, vistoriados e em Situação de Emergência (SE).

No intuito de informar e orientar nossos associados da forma mais correta, aguardamos esclarecimentos sobre os processos de situação de emergência, as razões pela demora no encaminhamento para Brasília. Solicitamos também que o site da Defesa Civil Estadual do Paraná disponibilize informações a exemplo do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

Ágide Meneguette
Presidente”

CULTURAS DE INVERNO

Mais do que simples coadjuvantes da safra de verão



Dá lucro cultivar safra de inverno? Sobre isso, há discordâncias, mas num ponto quase todos os produtores estão de acordo: a cultura de inverno é fundamental para otimizar o uso de máquinas e de mão-de-obra, diluindo assim os custos da propriedade ao mesmo tempo em que protege e melhora o solo para a safra de verão.

O não-tão-lucrativo-mas-fundamental plantio das culturas de inverno no Paraná começa em abril e se estende até junho e julho, dependendo da região. Mais uma vez os produtores estão decidindo o que plantar. Da região central ao sul do estado, o forte é o trigo, mas há opções como cevada, aveia e triticale. Mais ao oeste e norte do estado, entram também no "cardápio" o milho e a soja safrinha.

TRIGO. O governo federal atendeu parcialmente algumas reivindicações do setor produtivo, melhorou o

preço mínimo do trigo e os limites de custeio. Por outro lado, o governo estadual se propõe a fazer, ainda neste ano, a subvenção de até 50% da parte que compete ao produtor em relação ao prêmio do seguro rural. Os outros 70% são subvencionados pelo governo federal. "A minuta do projeto de lei está pronta, falta apenas identificar a fonte de recursos no Tesouro do estado. Acreditamos que a subvenção, já nesta safra, poderá trazer de volta os índices e aumentar de 3 a 5% a área plantada com trigo", avalia Francisco Simioni, diretor-geral do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura.

O produtor Anton Gora, de Guaruapuava, já decidiu que vai plantar trigo e cevada. Gora diz que o cultivo de inverno está "amarrado" com os planos para a safra de verão. "Não dá lucro, mas é fundamental. Se não planto trigo, inviabilizo a soja", avalia o produtor.

Anton Gora se refere à capacidade que as culturas de inverno têm

Cultivo de inverno está "amarrado" com os planos da safra de verão

de quebrar o ciclo de pragas e doenças do milho e da soja, além de injetar renda para diluir os custos de manutenção da propriedade. "Ficaria muito caro manter máquinas e empregados o ano todo só com a renda da safra de verão", explica.

É comum ouvir dizer que cultura de inverno, quando empata os custos, "já é lucro". O produtor João Conrado Schimidt, de Ipiranga, vê as coisas de outra forma. "Se você investir na cultura de inverno, ela é tão lucrativa como a de verão. O cultivo de inverno é mais exigente

CULTURAS DE INVERNO NO PARANÁ

(previsão 2009 - SEAB)

Trigo: 1,161 milhão de hectares

Aveia (branca e preta): 195 mil hectares

Canola: 6500 hectares

Centeio: 1650 hectares

Cevada: 45 mil hectares

Triticale: 37 mil hectares

Milho safrinha: 1,549 milhão de hectares

Soja safrinha: 64 mil hectares (não recomendável agronomicamente)

Há boas razões, técnico-agronômicas e financeiras, para lançar sementes ao solo nos próximos dias. Governo do estado pretende subsidiar, ainda neste ano, até 50% da parte do prêmio do seguro rural do trigo que cabe ao produtor.

em adubação. Mas se houver uma geadada, por exemplo, você já está com a área adubada para o verão. Faz 15 anos que não faço nenhuma adubação para a soja, que aproveita os resíduos do trigo e da cevada. E ainda tem a diluição dos custos, a cobertura do solo, o controle de pragas e doenças”, avalia Schimidt.

O agrônomo da Secretaria da Agricultura, Otmar Hubner, destaca que o importante é manter a terra ocupada, com cultura de inverno ou adubo verde, para evitar a erosão e driblar pragas e doenças. “Se o produtor seguir as boas práti-

cas agrônômicas – como plantio direto, espaçamento correto, manejo de pragas, aplicação de fungicida na hora certa, escolha das melhores cultivares – é possível chegar a uma produção de 6.000 kg de trigo por hectare, e isso dá lucro”, garante Hubner.

Quem se decidir pelo plantio de inverno deve fazer o projeto técnico e levar ao Banco do Brasil para ter acesso ao financiamento de custeio. O gerente de Agronegócios do Banco do Brasil no Paraná, Cezar de Col, acredita que apesar do momento difícil para a economia o Paraná

deve repetir o desempenho do ano passado. “Nossa expectativa é liberar R\$ 348 milhões com juros controlados de 6,75% ao ano. Já será uma conquista manter este patamar do ano passado, quando houve crescimento expressivo de 35%”, diz Cezar. O pagamento do custeio pode ser feito em até quatro parcelas, a primeira vencendo 60 dias depois da colheita. O valor máximo de custeio depende da área plantada, do projeto e do limite de crédito disponível no banco. Quem não tiver limite disponível, não poderá obter o empréstimo, segundo Cezar de Col.

Cevada aguenta mais desafio

“Quando tem chuva na hora da colheita, a cevada aguenta bem mais desafio do que o trigo”. O produtor João Conrado Schimidt, dos Campos Gerais, resume uma das principais vantagens de diversificar o plantio de inverno com a cevada. Mas tem também a liquidez e a garantia do preço, acertado antes do plantio.

A cultura da cevada se destina basicamente à produção de grãos, que são transformados em malte

para a indústria cervejeira. Então, o produtor deve entrar no ramo já “contratado” para vender para uma maltaria, que fornece a semente e depois compra a produção.

A boa prática agrônômica, lembra Schimidt, recomenda distribuir o plantio de inverno em várias culturas. Pode ser uma combinação de trigo, cevada, aveia, centeio ou triticale. “Com o plantio de três culturas, o produtor dilui ainda mais o risco. E na agricultura ganha dinhei-

ro quem administra melhor os riscos”, observa.

O plantio da cevada é recomendado mais para a região central e o sul do estado. A cevada é semeada 15 dias antes do trigo e a colheita também começa 15 ou 20 dias antes. “Isso otimiza o uso das máquinas de plantio e das colhedadeiras. Também libera a área para o plantio de soja mais cedo”, diz Schimidt.

A grande vantagem da cultura é saber que vai vender. “O preço é definido na hora do plantio. Entregou, com 20 dias recebe. O produtor colhe um pouco antes do plantio de trigo e já faz dinheiro”, acrescenta o produtor.

Caso haja problema de germinação, que inviabilize o uso da cevada para o malte, o mercado absorve a produção com outros usos. Torrada e moída a cevada pode virar bebida, ou então farinha usada na alimentação humana e animal.

As pragas mais comuns da cevada são as mesmas do trigo – pulgão e lagarta. Quanto às doenças, apesar dos mesmos nomes, são provocadas por agentes diferentes. Schimidt diz que nunca repete o plantio de trigo na mesma área. Faz rotação com a cevada e evita as doenças. A produção de cevada tem segredos? “Quem planta trigo planta cevada com um pé nas costas. E vice-versa. E ainda usa as mesmas máquinas”, conclui o produtor dos Campos Gerais.



Seguro já disponível, mas ainda sem subvenção estadual



Ainda na safra de 2009, o Governo do Estado poderá atender reivindicação antiga dos produtores e subsidiar parte do prêmio do seguro rural para o trigo. Segundo o diretor-geral do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura, Francisco Simioni, os técnicos trabalham “a todo vapor” para viabilizar o subsídio o mais rápido possível.

“A minuta do projeto de lei já passou pela avaliação jurídica da Agência de Fomento, da Secretaria

da Fazenda e da Casa Civil. Falta apenas definir a fonte dos recursos”, diz Simioni.

A regulamentação da lei é que vai definir as condições para adesão ao seguro rural subsidiado também pelo governo estadual. Segundo Simioni, o mecanismo deve ser idêntico ao adotado pelo Governo Federal. Será exigido que o produtor esteja em dia com todos os tributos estaduais e federais. Uma consulta ao banco de dados da Secretaria da Fazenda, através do CPF, bastará

para verificação. O produtor faz o seguro e, em caso de sinistro, o governo paga à seguradora que faz o repasse.

“O tempo é curto, talvez não dê para beneficiar todos. Mas acredito que com este apoio poderá haver um crescimento de até 5% na área plantada no Paraná, chegando a 1,21 milhão de hectares”, estima Simioni. O diretor do Deral reconhece que, mesmo com subsídios dos governos, o seguro rural ainda se manterá caro. “A franquia é muito elevada. Para alcançar o benefício, o produtor tem que ter perdas acima de 70%”.

O que cobre o seguro rural

Incêndio, raio, tromba d'água (fortíssima chuva em curto espaço de tempo), ventos fortes, ventos frios, granizo, chuva excessiva, seca e geada.

Se no final da lavoura não houver acionamento da cobertura, a seguradora devolve 10% de bônus do valor que o produtor pagou. Depósito na conta corrente.

Simulação / trigo

GUARAPUAVA

Produtividade esperada: 3250kg / hectare

Época de plantio: 1 de junho a 20 de julho

O Banco do Brasil trabalha com três faixas de seguro: 50% da produção, 55% e 60%.

Para cobertura de 50%, o prêmio cobrado pela seguradora é 11,34% do valor segurado.

Com 70% do prêmio pagos pelo governo federal e 15% pagos pelo governo estadual, restaria para o produtor uma taxa de 1,7%.

Para cobertura de 55%, o prêmio cobrado pela seguradora é de 11,38% do valor segurado.

Aplicadas as subvenções, o produtor pagaria também 1,7%

Para cobertura de 60%, o prêmio cobrado pela seguradora é de 13,42% do valor segurado.

Aplicadas as subvenções, o produtor pagaria taxa de 2,0%

IPIRANGA

Produtividade esperada 2590 kg

Época de plantio: de 11/05 a 10/07

Faixas de cobertura e taxas são as mesmas.

TRIGO NO PARANÁ 2008		Novos preços mínimos aprovados pelo CMN		
Produtividade média:		Maior reajuste chegou a 15,63%		
2.830 kg por hectare				
Área cultivada				
1,15 milhão de hectares				
Produção				
3,2 milhões de toneladas (metade da produção nacional)				
Tipo	PH Mínimo	Preço mínimo (R\$/saca de 60 Kg)		
		Brando	Durum	Pão
1	78	26,46	33,30	31,80
2	75	24,66	30,60	29,22
3	70	21,33	25,07	25,07

ARTIGO

Maria Silvia Digiovani

Maria Silvia Digiovani é Engenheira agrônoma DTE/FAEP

LEITE NO PARANÁ

Quando o aumento da produção derruba a renda

Existe, no mínimo, um confronto na atividade leiteira do Paraná. De um lado, o profissionalismo cada vez mais presente no campo, que permitiu o rápido crescimento na oferta de leite no ano de 2008, com destaque para o primeiro semestre, quando a remuneração era boa. De outro, a falta de coordenação do setor em não mensurar a capacidade de absorção do produto pelo mercado.

Os laticínios brasileiros com serviços de inspeção municipal, estadual ou federal, captaram 19,2 bilhões de litros de leite em 2008, um aumento de 7,5% em relação a captação de 2007. A informação foi divulgada pelo IBGE esta semana e traz dados regionais e estaduais.

Entre as regiões, a Sul apresentou o maior índice de crescimento: 14,8%, seguida pela região Norte com incremento de 8%. No Paraná

os laticínios captaram 1,75 bilhão de litros de leite, crescimento de 18,78% em relação aos 1,47 bilhão de litros captados no ano passado.

O pico da captação ocorreu no primeiro semestre. No segundo, a variação foi negativa nas regiões sudeste, norte e nordeste, mantendo-se praticamente estável na centro-oeste. A exceção ficou por conta da região sul com crescimento de 13,76% no período.

O desempenho dos preços recebidos pelos produtores em 2008 tem estreita relação com a captação. No 1º semestre os preços foram crescentes mês a mês e a captação acompanhou a tendência. No 2º semestre, com uma resposta do consumo aquém do esperado, os preços dos produtos lácteos caíram arrastando junto os preços da matéria prima. A reação dos produtores foi diminuir a produção de leite, ten-

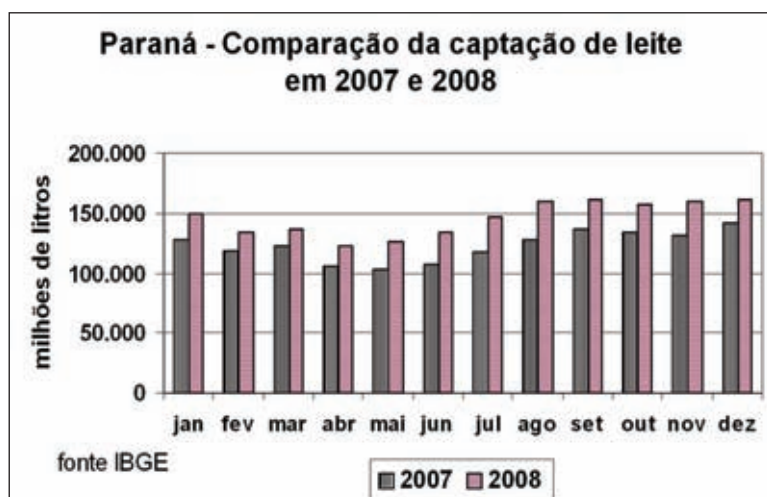
O desempenho dos preços recebidos pelos produtores em 2008 tem estreita relação com a captação. No 1º semestre os preços foram crescentes mês a mês e a captação acompanhou a tendência

dência que continua neste primeiro trimestre de 2009.

Essa redução é uma mostra da situação que o setor lácteo enfrenta. A inversão do cenário em 2008, com a queda de demanda e preços, além da crise mundial, fez com que empresas, que em 2007 investiram para aumentar a capacidade produtiva e incentivaram os produtores a aumentar a produção, entrassem em um período crítico. É o caso da empresa Nilza Alimentos, que na última semana ocupou o noticiário especializado ao anunciar uma dívida de R\$ 200 milhões e a demissão de 550 funcionários. Com áreas de atuação em São Paulo e Belo Horizonte a Nilza é uma das maiores produtoras de leite longa vida do país.

Para os produtores, que investiram para aumentar a produção, o tempo é de incertezas e preços abaixo dos praticados em 2008, contrastando com os custos dos insumos necessários à produção, que estão em alta. Na comparação dos trimestres de (setembro, outubro, novembro de 2008) com (dezembro de 2008, janeiro e fevereiro de 2009) o sal mineral teve aumento de 56%, a ração para vaca leiteira aumentou 9,3%, e o feno de aveia 30,4%. No mesmo período, o preço médio do leite caiu 2,4%.

O alento vem com a entrada da entressafra acompanhada de uma tendência de recuperação na demanda que faz acreditar no início de reação dos preços do leite ao produtor.



INSEGURANÇA NO CAMPO

Roubos em propriedades rurais dos Campos Gerais demonstram ousadia de criminosos e descaso de autoridades

Gado, maquinários e equipamentos são alguns dos itens que engrossam a lista dos roubos praticados na zona rural dos Campos Gerais. Nos últimos seis meses, mais de 18 propriedades rurais da região foram roubadas. Os crimes espalharam-se pelos municípios de Imbaú, Telêmaco Borba, Castro, Tibagi, Palmeira, Teixeira Soares e Carambeí.

Na região, o roubo de cerca de 430 cabeças de gado, oito tratores, quatro caminhões, motocicleta e outros bens dos proprietários rurais retratam a ousadia dos criminosos, o descaso de alguns policiais e a insegurança de produtores rurais.

A gravidade da situação foi discutida na reunião do Núcleo Sindical Rural dos Campos Gerais, que aconteceu na sede do Sindicato Rural de Castro no dia 28 de março. Segundo o presidente do Núcleo, Sérgio Antônio Sozim, os ladrões invadem as propriedades geralmente por volta das 21h.

“Fortemente armados, eles rendem os funcionários e, só entre 3 e 4 horas da manhã, eles deixam o local”, disse. Sozim lembrou que já foram feitas reuniões com as polícias civil e militar. “Mas, até o momento, os crimes não foram

elucidados”, comentou.

Na tentativa de garantir mais segurança aos produtores rurais, o Sindicato Rural de Ponta Grossa acionou a Patrulha Rural, que atua no município. Segundo Sozim, que também é o presidente do Sindicato, a entidade patrocina as refeições dos policiais envolvidos como forma de incentivo e colaboração.

“Esperamos que nosso governador e o secretário de Segurança do estado tenham mais consciência sobre o que está acontecendo no campo. Já que é a base de sustentação econômica do estado”, afirmou.

Descaso – Em março, foi a vez de uma propriedade localizada no município de Imbaú ser roubada. Os criminosos levaram 54 bois gordos, uma balança no valor de R\$ 12 mil, um perfurador de solo de R\$ 4 mil, uma roçadeira e outros pertences. Segundo a publicitária, Rosi Donato Spinardi, os prejuízos na propriedade da família somaram R\$ 120 mil. “E a polícia não fez absolutamente nada”, criticou.

Ao desabafar sobre a situação, Spinardi lembrou que, quando acionada, a polícia militar de Imbaú esteve no local e demonstrou interesse em apoiar nas investigações.

“Esperamos que nosso governador e o secretário de Segurança do estado tenham mais consciência sobre o que está acontecendo no campo. Já que é a base de sustentação econômica do estado” -

Sérgio Antônio Sozim

“Já a polícia civil de Telêmaco Borba não tomou conhecimento. Nem demonstrou interesse. Isso que eu fui até eles para pedir ajuda”, contou.

O jeito foi, por conta própria, iniciar uma investigação particular. “Sabemos que há toda uma quadrilha grande atuando na região”, disse. Spinardi lembra que o roubo aconteceu na madrugada de uma quarta-feira. “Na sexta-feira anterior ao crime, um homem visitou nossa propriedade, demonstrando interesse em comprar gado. Ele se interessou justamente pelos 54 animais, que estavam separados para venda, e que foram roubados”, afirmou.

Apesar do descaso das autoridades até o momento, a publicitária ainda acredita que o crime será elucidado e que os roubos na zona rural virarão coisa do passado. “A gente espera por justiça. A gente não consegue entender que vivemos numa sociedade, onde criminosos atuam, e não temos respaldo da polícia, que deveria proteger as nossas vidas. Esperamos que as autoridades abram os olhos e façam alguma coisa. Pagamos impostos e não temos a proteção que merecemos”, desabafou.

“A gente não consegue entender que vivemos numa sociedade, onde criminosos atuam, e não temos respaldo da polícia, que deveria proteger as nossas vidas. Pagamos impostos e não temos a proteção que merecemos” -

Rosi Donato Spinardi

FALTA TRANSPARÊNCIA

Mais de 40 grupos associados ao MST recebem dinheiro público



Relatório da ONG Contas Abertas (Organização Não-Governamental) publicado no jornal Folha de S. Paulo na edição do dia 28 mostra

que o montante envolvido nos repasses da União para as entidades (mais de 40, e não apenas quatro como afirma o Governo Federal)

“Governo repassa R\$ 150 milhões para entidades ligadas ao MST

Levantamento inédito realizado pelo **Contas Abertas** mostra que, ao contrário do que se pensava, o número de organizações que têm ou já tiveram seus dirigentes ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não se restringe a apenas quatro entidades. Ao todo, são pelo menos 43 entidades privadas sem fins lucrativos, cujos responsáveis por assinar convênios com a União aparecem citados, inclusive em fontes oficiais, como membros, líderes, coordenadores ou dirigentes do movimento nos últimos seis anos.

O montante envolvido nos re-

passes da União para essas entidades chega a R\$ 151,8 milhões, distribuídos em quase mil convênios celebrados, desde 2002, entre o governo federal e entidades de desenvolvimento agrário. E, embora algumas relações financeiras tenham sido suspensas por “grave irregularidade”, o levantamento mostra que recursos públicos continuaram sendo transferidos, desta vez por meio de outras entidades, até então desconhecidas. Só no ano passado foram R\$ 14 milhões em repasses para essas entidades e, em 2009, até o último dia 13, pouco mais de

que financiam as atividades do MST chega a R\$ 151,8 milhões, distribuídos em quase mil convênios celebrados, desde 2002.

Segundo o relatório, embora algumas relações financeiras tenham sido suspensas por “grave irregularidade”, o levantamento aponta que recursos públicos continuaram sendo transferidos, desta vez por meio de outras entidades, até então desconhecidas. Só no ano passado foram R\$ 14 milhões em repasses para essas entidades e, em 2009, até o último dia 13, pouco mais de R\$ 6,4 milhões.

A Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), de acordo com a Contas Abertas, permanece no topo da lista de entidades ligadas ao MST que mais receberam recursos. Aproximadamente R\$ 22,3 milhões foram repassados à entidade por meio de convênios celebrados entre 2002 e 2009. Confira na íntegra o relatório redigido pelos jornalistas Milton Júnior e Leandro Kleber:

R\$ 6,4 milhões. Por lei, é vedado o financiamento de movimentos sociais que invadem imóveis rurais ou bens públicos e, caso isso seja identificado, a transferência ou repasse dos recursos públicos deve ser interrompido.

Neste mesmo período, cerca de R\$ 23,2 milhões foram pagos por meio de contratos considerados, em algum determinado tempo, inadimplentes e cujos pagamentos foram suspensos. Alguns deles, por terem sido identificadas irregularidades na execução física e financeira no convênio. Outros, por não ter havido a apre-

sentação da prestação de contas ou por instauração de tomada de contas especial, instrumento de que dispõe a administração pública para ressarcir-se de eventuais prejuízos causados por irregularidade.

Neste novo levantamento, o **Contas Abertas (CA)** consultou no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) o nome de todos os responsáveis por convênios celebrados entre as entidades privadas sem fins lucrativos e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. De posse dos nomes, ampliou-se o levantamento para buscar os recursos repassados pelo MDA às entidades. Ainda de posse dos nomes, uma busca minuciosa na internet permitiu identificar o vínculo, assumido publicamente, entre estes personagens e o movimento dos sem-terra. Em uma parceria entre o CA e o jornal Folha de S.Paulo, especificamente com a jornalista Marta Salomon, coube à jornalista entrar em contato com os agentes envolvidos citados na matéria. As informações apuradas foram encaminhadas, por escrito, ao **CA**.

A Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) permanece no topo da lista de entidades ligadas ao MST que mais receberam recursos. Aproximadamente R\$ 22,3 milhões foram repassados à entidade por meio de convênios celebrados entre 2002 e 2009. Alguns destes foram celebrados por Adalberto Greco, por exemplo, que além de assumir alguns contratos da Anca, também pactuou com o governo federal como responsável pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab), segunda entidade que mais recebeu recursos públicos. No último dia 6, Adalberto Greco e a Anca tiveram os bens bloqueados pela Justiça, após o Ministério Público Federal ter ingressado com ação civil de improbidade administrativa em razão de repasses indevidos ao MST.

Outra parte dos recursos federais repassados à Anca, também

entre 2004 e 2005, foi feita por meio de convênios assinados por Gislei Siqueira Knierim, citada no relatório “em separado” da CPMI da Terra como ex-dirigente da associação. O montante soma quase R\$ 3 milhões em repasses. Segundo o relatório, de autoria do deputado Abelardo Lupion, foi apresentada à CPMI um requerimento pedindo a quebra do sigilo bancário e fiscal de Gislei Siqueira, para apurar a suspeita de transferência de R\$ 19,5 mil de uma conta do convênio para a conta particular da ex-dirigente da organização. O pedido foi negado. O último contrato assinado por Gislei Siqueira, como responsável pela Anca, data de 23 de dezembro de 2005, por meio do qual foi repassado R\$ 1,5 milhão à associação. A partir daquele ano, foi suspensa a celebração de novos contratos entre Anca e o governo federal.

Ainda em 2005, outra entidade passa a receber cem vezes o valor que recebera no ano anterior, por meio de convênios firmados, na maior parte, com o Incra. Trata-se do Centro de Formação e Pesquisa Contestado (Cepatec), que recebeu cerca de R\$ 5,8 milhões desde 2003, em 18 convênios celebrados com a União. Com exceção de seis destes convênios, os demais foram assinados também pela ex-dirigente da Anca, Gislei Siqueira.

O primeiro contrato assinado por ela, desta vez à frente do Cepatec, foi celebrado ainda em 2005 (julho), quando a Anca imergia em sucessivas denúncias de irregularidades e era submetida a auditorias. Apesar de os convênios assinados por Gislei, como responsável pelo Cepatec, terem sido maiores que os valores recebidos em nome da Anca, a entidade permaneceu na condição de adimplente, o que lhe permitiu continuar a receber recursos públicos federais.

O último e maior contrato assinado entre Gislei Siqueira e o Incra foi celebrado em dezembro de 2006, cerca de um ano após os escândalos que a envolveram em ir-

regularidades, quando ainda era dirigente da Anca. Por este acordo, o Cepatec recebeu R\$ 1,3 milhão com o objetivo de “promover a capacitação e qualificação de trabalhadores assentados, lideranças rurais e jovens estudantes beneficiados da reforma agrária”.

Na justificativa para a celebração deste, que seria o último pacto financeiro com o governo federal, um argumento, no mínimo, diferente para explicar a necessidade do convênio do Cepatec. “Apesar do compromisso do governo brasileiro com a gestão do campo, há setores da sociedade, sobretudo o latifúndio, que não vêem os gastos coletivos da reforma agrária”, descreve o documento de consulta de transferência. O pagamento dos recursos foi efetuado em apenas duas etapas. Uma em 31 de janeiro de 2007 e outra em 31 de dezembro do mesmo ano. Destaque para a expansão dos recursos federais conveniados com o centro de formação, que em 2004 foi de R\$ 6,7 mil e em 2005 passou para R\$ 2,3 milhões.

Conforme apurou a jornalista Marta Salomon, Gislei Siqueira foi localizada no escritório nacional do MST, em Brasília, este mês. A ex-dirigente da Anca afirmou, por telefone, que já não responde mais pelo Cepatec e garantiu à jornalista que lhe daria o contato com a assessoria da entidade. Até o fechamento da matéria, no entanto, ela não retornou à ligação. Em uma última tentativa de contato, uma telefonista atendeu a ligação e informou que ali funcionava o MST e não o Cepatec.

Sobre as justificativas diferentes declaradas nos convênios, que falam em latifúndio, por exemplo, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, declarou que é um texto inadequado para traduzir o objetivo do convênio. Além disso, Hackbart diz já ter orientado os responsáveis para que especifiquem melhor os objetivos e justificativas do convênio.

A Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) permanece no topo da lista de entidades ligadas ao MST que mais receberam recursos

Convênios entre representantes do MST e Ministério da Saúde



Outra entidade que teve significativo salto nos valores conveniados com a União é o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac), que de R\$ 430 mil em 2006 passou para R\$ R\$ 4,1 milhões em 2007 – um aumento de 854%. Os responsáveis pela entidade, Paulo Ueti Barasioli e Gustavo Augusto Gomes, são também representantes oficiais

do MST junto ao chamado “Grupo da Terra”, do Ministério da Saúde, instituído em 2005 e designado a acompanhar as políticas públicas de saúde para a população do campo e da floresta. Nos últimos dois anos, Barasioli foi responsável por convênios firmados com o próprio ministério que o reconheceu como representante do movimento sem-terra,

junto ao Fundo Nacional de Saúde.

Segundo informa o Ministério da Saúde, o órgão não faz convênio com pessoas físicas, mas com uma entidade. “Não consta que o Itac tenha participado de invasão”, avalia o ministério. Segundo o diretor financeiro do instituto, Gustavo Augusto Gomes, existe vínculo da entidade com o MST, já que eles trabalham com reforma agrária “e o campo é o MST”.

“Na diretoria não tem mais gente que divide o trabalho (no instituto) com a militância. Essa mudança teria acontecido em 2006, quando o Itac transferiu a sede para Brasília e assumiu perfil nacional”, afirmou Gomes à Folha. Atualmente, a sede do instituto divide um espaço comercial com a Concrab, no centro de Brasília. Ambos os representantes do Itac passaram a assinar convênios com o governo federal em dezembro de 2006, mas apenas Barasioli permaneceu à frente dos convênios do instituto nos anos seguintes.

Convênios entre representantes do MST e Ministério do Desenvolvimento Agrário

A segunda organização que mais recebeu recursos públicos por meio de convênios entre 2002 e 2009 foi a Concrab, remunerada com R\$ 14,8 milhões. Também no pódio das campeãs está a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (Cooptec), que recebeu R\$ 10,3 milhões da União. Desse montante, 91% foi repassado em convênios celebrados por Álvaro Delatorre, que esteve à frente dos convênios da cooperativa entre os anos de 2003 e 2005 e aparece relacionado ao MST em boletim oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Um deles, celebrado ainda em 2004, tratava de assistência técnica para famílias assentadas, por meio do qual foram transferidos R\$ 8,3 milhões. Na justificativa oficial para a neces-



sidade do convênio, o financiamento seria uma “alternativa viável para solução de problemas básicos da sociedade brasileira”.

Segundo Delatorre, os recursos repassados a título de suporte técnico só foram recebidos mediante a análise das prestações de contas.

Outra entidade que teve significativo salto nos valores conveniados com a União é o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac), que de R\$ 430 mil em 2006 passou para R\$ R\$ 4,1 milhões em 2007

Sobre o relacionamento com o MST, Delatorre admitiu estar ligado aos assentamentos do movimento sem-terra. “A cooperativa atua nos assentamentos, que têm as lideranças dos assentados. Então essa relação é, na prática, cotidiana lá no assentamento”, afirma o responsável pela Cooptec. Mas ele garante que o convênio é com a Cooptec e não com o MST. “É que misturam, falam que é repasse para o MST, porque a entidade é ligada ao movimento. Mas são coisas diferentes. A cooperativa foi conveniada com o Incra pra prestar serviço de assistência técnica”, declara.

Procurado pela reportagem da Folha de S. Paulo, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, afirmou que “tanto faz se as pessoas que dirigem essas entidades sejam do movimento A, B ou C”. Hackbart alegou que precisa de parcerias para executar políticas públicas em mais de oito mil assentamentos distribuídos em 80 milhões de hectares e que envolvem mais de um milhão de famílias. Para ele, dada a necessidade de o Estado fazer convênios para realizar seus programas, é fundamental que o

convênio atinja seus objetivos e que o recurso seja corretamente aplicado.

Também no topo da lista estão os R\$ 9,6 milhões repassados à Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina (Cooptrasc), entidade que, inclusive, mais recebeu em 2009 (R\$ 1,9 milhão) entre as 43 listadas. Assinou como responsável pela Cooptrasc, de 2003 a 2008, Joel José Tomazi, citado como membro, líder e coordenador do MST em diversos boletins nacionais e internacionais. Outro responsável pela cooperativa, em convênios firmados com o governo federal em 2003, é Alvaro Santin, também citado como coordenador do movimento sem-terra em boletim oficial da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

De acordo com o responsável pela cooperativa, Marcelo Kelh, a entidade cuida da capacitação dos assentados, sobretudo assistência técnica. “Prestamos assistência técnica nos assentamentos aqui em Santa Catarina, que foram uma conquista do MST”, afirma. Kelh revela que todas as prestações de contas foram aprovadas e

informa que Joel Tomazi foi eleito vereador, motivo que o afastou da direção da Cooptrasc.

Já Santin disse não fazer mais parte da direção da entidade porque preside a Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina, da qual a Cooptrasc é associada. Além disso, afirma que a cooperativa atua como empresa e aplica o dinheiro nos fins para os quais foi destinado. A Cooperativa Central do estado também aparece na relação de entidades cujos responsáveis têm ou já tiveram relação com o MST. Entre 2003 e 2007, a entidade recebeu cerca de R\$ 507,2 mil do governo federal.

Segundo o ministro do MDA, Guilherme Cassel, o repasse de dinheiro público para financiar o MST é inaceitável, mas acredita que contratar serviços de uma entidade não significa financiar o movimento. “Não posso ser discricionário. Não vou deixar de fazer convênio porque alguns diretores são vinculados a determinado movimento, partido ou religião. Há critérios objetivos para lidar com dinheiro público”, afirmou Cassel. Para o ministro, seria autoritarismo de sua parte bloquear os convênios.

Até o ministro do MDA, Guilherme Cassel, diz que o repasse de dinheiro público para financiar o MST é inaceitável

Repases caem 66% em 2008

Embora o repasse de recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos ligadas ao MST tenha caído 66% em 2008 na comparação com 2005, quando essas transferências atingiram o pico de R\$ 40,9 milhões, é preciso restituir o erário se comprovada alguma irregularidade nesses convênios. Essa é a avaliação de Paulo Pegoraro, advogado que defende a responsabilização civil do MST, apesar da falta de personalidade jurídica do movimento.

Pegoraro afirma que, apesar da estrutura bem montada e “invejável coordenação para manifestações”, o MST resiste, propositalmente, a adotar personalidade jurídica, justamente para evitar que seu patrimônio seja atingido por ações judiciais. “O movimento não reconhece expressa e claramente que utiliza en-



tidades constituídas regularmente a fim de angariar os recursos, inclusive públicos, necessários às suas atividades”, destaca o advogado.

“Não é tarefa fácil, para aqueles que tiveram contra si atos de inva-

Continua na próxima página

são de propriedade privada, ressarcirem-se de eventuais prejuízos causados pelos sem-terra”, admite Pegoraro. No entanto, o advogado acredita ser muito mais simples identificar, comprovar e punir irregularidades quando eles ocorrem em convênios com essas entidades, pelas quais alguém é responsável por responder. “Se existe um caminho de ida (dos recursos), também deve existir o de volta, se comprovados os desvios de finalidade dos recursos públicos”, conclui Pegoraro.

No início deste mês, o TCU multou em R\$ 4 mil três gestores do Incra por irregularidades na fiscalização e assinatura de convênios firmados com a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), apontada

como paralela ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST). O TCU também convocou o coordenador-presidente da associação na época da execução dos acordos, Bruno Costa Maranhão, para que comprove a realização de três convênios ou recolha, solidariamente com a instituição, o valor de R\$ 4 milhões.

Os ministros do TCU suspeitam que parte dos recursos tenha financiado as invasões promovidas pelo MLST na Câmara dos Deputados, em 2006. O tribunal pretende empregar os “moldes policiais”, já usados pelo órgão para detectar os grupos econômicos que recorrem a “laranjas” para fraudar licitações. No caso dos sem-terra, o TCU tentará localizar dirigentes e endereços comuns

ao movimento e às entidades que recebem as verbas.

De acordo com a legislação brasileira (8.629/93), “a entidade, organização, pessoa jurídica, movimento ou sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos”. Caso isso seja identificado e a transferência ou repasse dos recursos públicos já tiverem sido autorizados, a administração pública terá o direito de retenção e rescisão do contrato, convênio ou instrumento similar.

Caminho das pedras



Coincidências à parte, as relações entre MST, Anca, Concrab, Iterra e o Cepatec são também estreitas no mundo virtual. O Cepatec, por exemplo, presta serviços ao portal oficial do MST na internet, como responsável por realizar o direcionamento do servidor do site (apontar o endereço IP, para os informatizados) sempre que é feita uma requisição de acesso ao endereço:

www.mst.org.br.

Esse mesmo “link” está registrado em nome da Anca, tal como o portal do Iterra, criado em 2006, e da Concrab, criado em 2004 – este sob a chancela de Gislei Siqueira.

Desde 2006, o **Contas Abertas** publica uma série de matérias sobre os repasses de recursos públicos a entidades ligadas ao MLST e MST. Em uma das matérias, por exemplo, logo após a invasão do MLST ao Congresso Nacional em

2006, o CA divulgou que o Incra teria repassado significativo volume de recursos à Anara, intimada no início deste mês pelo TCU.

O **Contas Abertas** ainda entrou em contato com o procurador do Ministério Público junto ao TCU, Marinus Marsico, a quem será enviado, oficialmente, o novo levantamento nesta semana. Segundo o procurador, as informações serão apreciadas e apuradas com a devida atenção. Informado pela Folha sobre o conteúdo da reportagem, o MST não quis se manifestar.

Milton Júnior e Leandro Kleber
Do Contas Abertas”

Tribunal de Contas vai investigar

Em entrevista ao **Contas Abertas (CA)**, o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Marinus Marsico afirmou que o TCU vai iniciar, na primeira quinzena de abril, uma auditoria abrangente relativa a todos os repasses da União efetuados a entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo ele, essa auditoria foi qualificada, dentro dos procedimentos internos do tribunal, como tema de maior significância, prioritária.

Os ministros do TCU suspeitam que parte dos recursos tenha financiado as invasões promovidas pelo MLST na Câmara dos Deputados, em 2006

DÍVIDAS

Ampliado em dois anos prazo de pagamento para FAT Giro Rural

Produtores rurais terão mais 24 meses para pagar dívidas de custeio, contraídas por meio da linha FAT Giro Rural, a partir da data de contratação.

A decisão de ampliar o prazo de pagamento dessa linha, que passa de 60 para 84 meses, foi tomada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), dia 30/03/2009, por indicação do Ministério da Agricultura.

A medida tem amparo na Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, que fixou para 12 de dezembro de 2008 o prazo para adesão à renegociação das dívidas rurais. Para ter direito ao prazo estendido, o produtor rural deve, portanto, ter aderido ao processo de renegociação.

O diretor do Departamento de Economia Agrícola, Wilson Vaz de Araújo, conselheiro titular do Code-

fat pelo Mapa, informa que, no total, foram contratados R\$ 4 bilhões na linha do FAT Giro Rural desde 2005, quando entrou em vigor. “Estimamos que o saldo devedor seja da ordem de R\$ 2,5 bilhões, dos quais cerca de 80% foram contraídos via Banco do Brasil e 20% por meio dos demais bancos”.

Cerca de 50% do saldo devedor do FAT é do Paraná.

COBRANÇA JUDICIAL. Quanto às parcelas de custeio das safras anteriores, cujo prazo de pagamento terminou em março, não haverá mais prorrogação. A informação da gerência de Agronegócios do Banco do Brasil no Paraná é que a cobrança judicial dos inadimplentes começará imediatamente.

Os 40% da parcela de investimento de 2008, que venciam em março, foram prorrogados automaticamente para 15 de maio.

SENAR

Técnicos do Mato Grosso conhecem supervisão aplicada no Paraná



Funcionários do SENAR-MT fizeram uma visita na última semana ao SENAR-PR para ver como funciona o processo de supervisão de cursos nas 15 regionais do estado. De

acordo com Juliano Muniz Calçada, gerente-administrativo, e Otávio Bruno Nogueira Borges, gerente-técnico do SENAR-MT, o interesse é seguir o exemplo da administração regional do Paraná e descentralizar os processos de supervisão em Mato Grosso já a partir do segundo semestre deste ano. Durante a visita, que incluiu quatro regionais do estado, os dois foram recebidos pelo gerente de planejamento do SENAR-PR, Henrique de Salles Gonçalves. “Paraná nós, o fato de servirmos como referência é o aval de que estamos fazendo a coisa certa”, comentou.

POSSE

Diretoria assume o sindicato rural de Paranacity

Tomou posse no último dia 27 de março a nova diretoria do sindicato rural de Paranacity. Aldo Hashimoto assumiu a presidência e como vice-presidente é Álvaro Meneguetti. Como secretários tomaram posse Mauro Moron e João Ângelo Leonardi. José Rodrigues e Tomas Gomes Pimenta tomaram posse Ca tesouraria. O Conselho Fiscal ficou aos cuidados de Antônio da Silva, Shiro Kameoka e Werner Paulo Oesterle. Como suplentes do Conselho Fiscal assumiram André da Silva Parolini, José Aparecido Rebolho, Álvaro Antônio Maria D Andrea Pinto e João Carlos Silveira. João Batista Meneguetti tomou posse como delegado representante.

FORMAÇÃO DE INSTRUTORES

Empreendedor Rural

O SENAR-PR realizou em Curitiba de 23 a 28 de março um curso de formação de instrutores para o Programa Empreendedor Rural (PER). O instrutor Gumerindo Fernandes trabalhou com os participantes a atualização das propostas do PER. “Esta turma é muito comprometida com o programa. Alguns conhecem o programa desde 2003 e estão bastante motivados” avalia.

O objetivo do curso é a atualização que houve no viés do PER, que agora busca o desenvolvimento humano. No último encontro os participantes receberam um desafio do superintendente do SENAR-PR Ronei Volpi: formar cem novas turmas para o programa até o final do ano. “E nós (instrutores) aceitamos o desafio” complementou Gumerindo.

Formação pedagógica

O SENAR-PR realizou o curso de Formação Pedagógica, de 30 de março a dois de abril. Ao todo foram 23 participantes, que receberam treinamento no Hotel Rouchelle. O curso teve como objetivo a formação de instrutores que possam aplicar os cursos do SENAR-PR para agricultores e produtores rurais. “O curso é importante para o candidato a instrutor do SENAR, aqui ele aprende didaticamente como dar aula”, comentou a técnica do SENAR-PR Regiane Hornug.

Este pensamento reflete nos participantes. O engenheiro agrônomo Marcos Antônio de Bortolli disse que as dinâmicas aplicadas são fundamentais para quem quer ser um instrutor do SENAR. “No curso a gente aprende a diferença entre entender e aprender”, conta Bortolli.

SINDICATOS RURAIS

FAEP promove mais uma edição do Programa Desenvolvimento Sindical

FAEP realizou mais uma edição do Programa de Desenvolvimento Sindical. O primeiro encontro aconteceu nos dias 31 de março e 1º de abril.

O programa é uma realização da parceria FAEP e SEBRAE e já foi aplicado para funcionários da FAEP, do SENAR-PR e funcionários de sindicato rural. Abordando desde procedimentos administrativos relacionados à rotina dos sindicatos até os serviços que podem ser prestados pela instituição e visando a formação de lideranças. Essas lideranças irão trazer para o sindicato as dúvidas e anseios do agricultor, para que uma solução seja encontrada.

Lisiane Czech, presidente do sindicato rural de Teixeira Soares, acredita que o curso será de grande importância a longo prazo. "O mais importante é formar novos líderes. Temos que formar uma base forte e usar isso em benefício do sindicato e do produtor rural", disse.

Entre os participantes do curso há muita expectativa. Heitor Bernardele, membro da diretoria do sindicato de Cambará, crê em uma renovação no sindicato. "O ideal é buscar esta qualificação das lideranças para trazer o produtor rural para o nosso lado e assim multiplicar estas



lideranças" comentou.

Para Mar Sakashita, presidente do sindicato rural de Mariluz o programa é de fundamental para o futuro. Uma vez que ele está reorganizando e revitalizando o sindicato. "Este curso vai nos dar mais know-how necessário para fazer o sindicato readquirir a confiança do agricultor de Mariluz" planeja Sakashita.

Outro tema tratado entre os participantes do curso foi o da integração entre os sindicatos. E realmente

algumas dúvidas que surgem durante o curso pode ser sanada entre os próprios participantes.

O curso acontece no Hotel Lizon em Curitiba. Com esta iniciativa a FAEP espera capacitar gestores sindicais, visando o aprimoramento pessoal e o fortalecimento da instituição que representa os produtores rurais no Paraná. Os próximos encontros estão marcados para os dias 13 e 14 (segundo encontro) e 27 e 28 (terceiro encontro) de abril em Curitiba.

Sindicato de Centenário do Sul promove a 6ª Exposul

O Sindicato Rural de Centenário do Sul realizará entre os dias 16 e 20 de abril a 6ª Exposul Exposição Agroindustrial e Comercial de Centenário do Sul.

O evento contará com diversas atrações, o público terá oportunidade de assistir palestras sobre fruticultura, café, pecuária, bovinocultura de leite e meio ambiente.

Sobre o meio ambiente a técnica da FAEP Carla Beck tratará de assuntos como Reserva Legal, Mata Ciliar e alternativas econômicas de cultivos florestais. Está programado um leilão de animais, com aproximadamente 450 cabeças de gado para negócio. O público também terá a sua disposição exposições de

produtos da região. A previsão é de que quinze mil pessoas prestigiem o evento, que terão ainda diversos shows musicais. Ente eles a dupla sertaneja Teodoro e Sampaio e o grupo Tradição. A 6ª Exposul é uma realização do Sindicato Rural de Centenário do Sul com apoio do Sistema FAEP.

FUNDEPEC

Evento vai debater em Curitiba sanidade como garantia de desenvolvimento

Lideranças do setor agropecuário associados ao Fundepec preconizam que os municípios devem ser importantes parceiros do governo estadual, federal e do setor produtivo para a melhoria progressiva da condição sanitária em todas as cadeias produtivas

Entidades que compõem o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec) promovem no dia 17 de março (sexta-feira), em Curitiba, o encontro “Sanidade: Garantia de Desenvolvimento”, com o objetivo sensibilizar as autoridades estaduais e municipais para as questões sanitárias do Paraná.

O evento, que acontece no ExpoUnimed - Universidade Positivo, conta com apoio do Sistema Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), Secretaria estadual da Agricultura e da Associação dos Municípios do Paraná (AMP).

A abertura será feita pelo presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, secretário da Agricultura, Valter Bianchini, e pelo presidente da AMP, Moacyr Elias Fadel Júnior. Em seguida, serão realizadas depoimentos e palestras ao longo do dia, encerrando com debate que será coordenado pelo da Diretoria da FAEP, Antonio Leonel Poloni. (Ver tabela ao lado).

Segundo o assessor do Fundepec, Celso Doliveira, o agronegócio bra-

sileiro é responsável por 36% das exportações e 37 % dos empregos, e pelo saldo positivo da balança comercial. O Paraná, com apenas 2,3% do território nacional, é o primeiro produtor de frango, de trigo e de milho, segundo maior produtor de soja, terceiro maior produtor de leite, suínos e oitavo produtor de bovinos. “Porém, as barreiras sanitárias se caracterizam numa ameaça para o setor agropecuário, especialmente neste momento de crise onde medidas protecionistas estão sendo adotadas pelos grandes importadores dos produtos brasileiros”, disse.

Neste cenário, diz Doliveira, lideranças do setor agropecuário associados ao Fundepec preconizam que os municípios devem ser importantes parceiros do governo estadual, federal e do setor produtivo para a melhoria progressiva da condição sanitária em todas as cadeias produtivas. “A economia dos municípios é a primeira a sofrer com episódios sanitários desfavoráveis, portanto, é fundamental sua concreta participação na prevenção de problemas sanitários e na promoção da sanidade agropecuária”. Veja a programação:

“SANIDADE: GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO”

Data: 17/04/2009 - **Local:** ExpoUnimed – Universidade Positivo
Endereço: Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300 - Curitiba-PR

HORARIO	PROGRAMAÇÃO	
09:00 hs	Abertura - Presidente do FUNDEPEC-Paraná - Presidente da Associação dos Municípios do Paraná - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento	- Ágide Meneguette - Moacyr Elias Fadel Jr - Valter Bianchini
10:00 hs	Depoimento “As perdas econômicas e sociais em Mundo Novo (MS) em função da Febre Aftosa”	- Humberto Carlos Ramos Ex-Prefeito de Mundo Novo
10:20 hs	Palestra A Importância Sanitária para manutenção e conquista de mercados.	- Inácio Kroetz Secretário Nacional de Defesa Agropecuária
11:10 hs.	Palestra Parceria Público Privada na promoção da Sanidade Agropecuária. A atuação dos CSA's e o apoio do SENAR.	- Ronei Volpi Superintendente do SENAR-PR
12:00 hs.	Depoimentos Exemplo de operacionalização das ações conjuntas no fortalecimento dos CSA's no Sudoeste do Paraná.	
12:30 hs.	Almoço	- no local
14:00 hs.	Debate “Passo a passo da operacionalização do projeto de reestruturação dos CSA's e a importância da participação das Prefeituras Municipais”	Coordenador - Antonio Poloni Debatadores: - Inacio Kroetz - Herlon de Almeida - Ronei Volpi
16:00 hs.	Encerramento	

Consecana Paraná divulga 13ª projeção e preços da cana-de-açúcar para a safra 2008/09 e 1ª da safra 2009/10

RESOLUÇÃO Nº 13 - SAFRA 2008/2009

PREÇO DO ATR REALIZADO EM MARÇO / 2009

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunida no dia 31 de Março de 2.009 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço do ATR realizado em Março de 2009 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2008/2009.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Março de 2009 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

Safra 2008/2009 - preços em reais à vista

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	3,52%	34,58	2,54%	25,28
AME	3,46%	24,80	38,82%	22,97
AEAd - ME	5,17%	823,05	5,04%	768,65
AEAd - MI	20,00%	766,07	6,83%	848,39
AEAof	0,43%	865,85	0,14%	909,75
AEHd - ME	0,38%	828,04	16,71%	714,36
AEHd - MI	66,93%	693,81	29,90%	731,13
AEHof	0,12%	666,77	0,02%	813,96

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	25,59%	779,30	12,01%	815,47
AEHd - ME+MI+of	67,43%	694,53	46,64%	725,13

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	3,52%	0,3921	2,54%	0,2867
AME	3,46%	0,2812	38,82%	0,2604
AEAd - ME	5,17%	0,2813	5,04%	0,2627
AEAd - MI	20,00%	0,2618	6,83%	0,2900
AEAof	0,43%	0,2959	0,14%	0,3109
AEHd - ME	0,38%	0,2954	16,71%	0,2548
AEHd - MI	66,93%	0,2475	29,90%	0,2608
AEHof	0,12%	0,2378	0,02%	0,2903
Média	0,2587		0,2610	

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	25,59%	0,2664	12,01%	0,2787
AEHd - ME+MI+of	67,43%	0,2477	46,64%	0,2587

Projeção de preço da cana-de-açúcar - média do estado do Paraná - Safra 2008/2009 - preços em reais à vista

Preço dos produtos - PVU sem impostos

Produtos	Mix	Média
AMI	2,54%	25,28
AME	38,82%	22,97
AEAd - ME	5,04%	768,65
AEAd - MI	6,83%	848,39
AEAof	0,14%	909,75
AEHd - ME	16,71%	714,36
AEHd - MI	29,90%	731,13
AEHof	0,02%	813,96

Preço líquido do ATR por produto

Produtos	Mix	Média
AMI	2,54%	0,2867
AME	38,82%	0,2604
AEAd - ME	5,04%	0,2627
AEAd - MI	6,83%	0,2900
AEAd - MI	0,14%	0,3109
AEHd - ME	16,71%	0,2548
AEHd - MI	29,90%	0,2608
AEHof	0,02%	0,2903
Media		0,2625

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA - R\$/t 121,9676 kg ATR

PREÇO	CAMPO	ESTEIRA
Preço básico	28,66	32,01
PIS/COFINS (*)	-	-
TOTAL	28,66	32,01

Maringá, 31 de março de 2009

Paulo Sidney Zambon
PresidentePaulo Roberto Misquevis
Vice-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 01 - SAFRA 2009/2010

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunida no dia 31 de Março de 2.009 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga a projeção do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2009/2010, que passam a vigorar a partir de 01 de Abril de 2.009.

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Preço
AMI	2,72%	0,3394
AME	41,77%	0,3539
AEAd - ME	0,00%	-
AEAd - MI	12,66%	0,2630
AEAof	0,00%	-
AEHd - ME	0,00%	-
AEHd - MI	42,86%	0,2424
AEHof	0,00%	-
Média		0,2942

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of 12,66% 0,2630
 AEHd - ME+MI+of 42,86% 0,2424

Safra 2009/2010 - preços em reais à vista

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mix	Média
AMI	2,72%	29,94
AME	41,77%	31,21
AEAd - ME	0,00%	-
AEAd - MI	12,66%	769,51
AEAof	0,00%	-
AEHd - ME	0,00%	-
AEHd - MI	42,86%	679,51
AEHof	0,00%	-

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of 12,66% 769,51
 AEHd - ME+MI+of 42,86% 679,51

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA - R\$/t 121,9676 kg ATR

PREÇO	CAMPO	ESTEIRA
Preço básico	32,13	35,88
PIS/COFINS (*)	-	-
TOTAL	32,13	35,88

Maringá, 31 de março de 2009

Paulo Sidney Zambon Presidente
 Paulo Roberto Misquevis Vice-Presidente

RESERVA LEGAL

Nova decisão judicial confirma liminar favorável aos produtores

Uma nova decisão do Tribunal de Justiça (TJ) manteve a liminar obtida pela FAEP que obriga o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a fornecer aos produtores licenças, autorizações, anuências e certidões ambientais sem a necessidade de averbação da Reserva Legal.

O IAP havia interposto recurso especial e, o estado, recurso extraordinário ao acórdão do TJ que manteve a decisão de primeira instância. Os recursos foram negados por que não preencheram os requisitos legais necessários para subir ao Superior Tribunal de Justiça e ao Su-

premo Tribunal Federal, respectivamente.

Antes, em 2005, o pedido de suspensão da liminar já fora negado pelo então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Tadeu Marino Loyola Costa. Na época, ele considerou que o IAP tem outros meios "de fiscalizar devidamente a regularização da reserva legal, o estado em que os imóveis se encontram, enfim, de implementar a política ambiental do estado", sem precisar condicionar a concessão de licenças a esta regularização. Em maio daquele mesmo ano, o desembargador José Wanderley Rezende também ne-

IAP pretendia conceder licenças ambientais somente se proprietários apresentassem a averbação da Reserva Legal

gava a suspensão da liminar.

A liminar foi concedida no mês de abril de 2005 pela juíza Fabiana Passos de Melo, da 1ª Vara da Fazenda Pública, em mandado de segurança da FAEP. A decisão fez suspender a exigência do artigo 2º do Decreto Estadual 3.320/04 pelo argumento de sua inconstitucionalidade. Era neste artigo que o IAP vinha se baseando para conceder os licenciamentos ambientais somente se os proprietários rurais apresentassem a averbação da Reserva Legal. O escritório do advogado Cleverton Teixeira Marinho representa a FAEP na ação.

JURÍDICO

Marcia Rodakoski

Marcia Rodakoski é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná.

marcia_rodakoski@uol.com.br

Relação de emprego rural

Para a configuração de relação empregatícia rural se faz necessária a presença dos requisitos dispostos nos artigos 2º e 3º da CLT, bem como no Estatuto do Trabalhador Rural, artigo 2º da Lei nº 5889/73, ou seja, pessoalidade, onerosidade, subordinação, dependência e continuidade.

Por sua vez, a Lei nº 4504/64 dispõe sobre os contratos agrários, de arrendamento e parceria, que objetivam o uso temporário da terra para exercício de atividade agrícola. De acordo com o Estatuto da Terra, o parceiro participa do empreendimento rural com a sua mão-de-obra em sentido amplo, eventualmente com o conjunto familiar, mediante divisão dos frutos e produtos ou lucros havidos. O parceiro outorgado deve igualmente participar do preço do custo – fertilizantes, vacinas, inseticidas, ou quaisquer materiais usados no empreendimento, no percentual que corresponder à sua participação.

Existem situações fáticas, no entanto, em que ocorre confusão entre os conceitos do trabalhador rural e do parceiro. Se o parceiro outorgado receber em dinheiro, por exemplo, se descaracteriza a parceria, e prevalece a relação de emprego rural. Conforme define a jurisprudência, o elemento diferencial da parceria e do trabalho rural é a participação por ambas as partes nos lucros e partilha dos riscos do empreendimento, ausente subordinação do parceiro outorgado: “CONTRATO DE PARceria X VÍNCULO EMPREGATÍCIO - Comprovada a regular constituição de contrato de parceria agrícola, com divisão dos lucros e prejuízos, bem como a ausência de um dos requisitos essenciais à configuração da relação de emprego, a subordinação jurídica, mantém-se a decisão de origem que

julgou improcedente a ação proposta pelo autor.” (autos TRT-PR-00353-2006-872-09-00-3).

Extrai-se de outra decisão a figura da subordinação como sendo o elemento distintivo da caracterização da parceria rural (autos 01157-2006-110-15-00-0): “CONTRATO DE PARceria. FRAUDE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Segundo a melhor doutrina, o ponto nodal para se discernir sobre a existência entre o contrato de trabalho e contrato de emprego é aferir, sobretudo, a subordinação jurídica. Como se sabe, o contrato de trabalho é genérico, não possui conteúdo próprio que lhe seja inerente. Outras espécies lícitas de contrato de serviços podem ter os mesmos objetos que os seus, contudo, o que o singulariza é a nota subordinativa, ampla e genérica, da qual depende sua configuração. Somente o contrato de emprego é tutelado pelo Direito do Trabalho. O objeto do contrato de trabalho do ponto de vista do empregador é não só a atividade laborativa do empregado, mas sim, o trabalho subordinado, posto que, se não houvesse esta característica, não seria possível diferenciar o contrato de trabalho de outros que possuem o mesmo objeto - trabalho - como é o caso da parceria rural, empreitada, sociedade, mandato, locação de serviços etc. Portanto, evidenciada a ausência de subordinação jurídica segundo os elementos de prova colacionados aos autos, não há que se falar em caracterização de vínculo empregatício.”

Conclui-se assim, no real contrato de parceria o parceiro-outorgado oferta sua força de trabalho, partilhando os lucros e também os riscos, nas proporções avençadas, não havendo subordinação jurídica ou pagamento de salários.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124

email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto,
Guerino Guandalini,
Nelson Teodoro de Oliveira,
Sebastião Olímpio Santarozza,
Ivo Polo,
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin,
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia,
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Francisco Carlos do Nascimento,
Luiz de Oliveira Netto,
Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz R. Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato A. Fontana



PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná

Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779

e-mail: senarpr@senarpr.org.br

site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Francisco Carlos do Nascimento - FAEP
Jairo Correa de Almeida - FETAEP
Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
André Franco (redator)
Marcos Tosi (redator)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas

Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO ORDINÁRIO - TRT-PR-RO-00552-2008-093-09-00-9

RECORRENTES: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, SINDICATO RURAL DE ASSAI, SINDICATO RURAL DE CORNELIO PROCOPIO, SINDICATO RURAL DE CURIUVA e SINDICATO RURAL DE URAÍ

RECORRIDOS: M. O.

RELATOR: PAULO RICARDO POZZOLO

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - CONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA - O artigo 5º da Lei n.º 9.701/1998 que alterou a redação do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 1.166/71, não padece do vício de inconstitucionalidade, porquanto ainda que a contribuição sindical rural seja um tributo, ela não é um imposto, mas espécie de contribuição especial, de interesse das categorias profissionais e econômicas (CF, art. 149).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO Nº TRT-PR-RO-00552-2008-093-09-00-9**, procedentes da **VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO**, em que figuram como Recorrentes **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, SINDICATO RURAL DE ASSAI, SINDICATO RURAL DE CORNELIO PROCOPIO, SINDICATO RURAL DE CURIUVA e SINDICATO RURAL DE URAÍ** e Recorrido **M. O.**

I - RELATÓRIO

Os Autores, inconformados com a r. sentença de fls. 257/260, proferida pela Excelentíssima Juíza Ziula Cristina da Silveira Sbroglia, que julgou improcedentes os pedidos, recorrem a este Tribunal pretendendo vê-la reformada no que tange à rejeição da pretensão postulada na exordial (fls. 266/277).

Admitido o recurso pela decisão de fl. 279, foram apresentadas contra-razões pelo Réu às fls. 286/291.

Não houve remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho porque os interesses em causa não justificam a sua intervenção nesta oportunidade.

É, em síntese, o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Atendidos os pressupostos legais - adequação, tempestividade, legitimidade, interesse, regularidade da representação processual (fls. 20/32), comprovação do recolhimento das custas processuais (fl. 278) -, conhece-se do recurso, bem como

das respectivas contra-razões, também regular e oportunamente apresentadas.

MÉRITO

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL

O Juízo de primeiro grau julgou que o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 1.166/1971, recepcionado pela ordem constitucional, nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 do ADCT, foi revogado pelo artigo 5º da Lei n.º 9.701/1998, que passou a disciplinar a matéria, entendendo que este diploma legal padece do vício de inconstitucionalidade formal porque "a partir de 05 de outubro de 1988, qualquer inovação ou alteração pertinente aos fatos geradores, à base de cálculo ou então à identificação dos contribuintes sujeitos ao recolhimento da contribuição sindical rural dependia, por literal exigência da letra "a" do inciso III do artigo 146 da CF/88, de edição de lei complementar, dado o incontestável caráter tributário da respectiva contribuição" (fl. 259). Por conseguinte, rejeitou os pedidos de cobrança das contribuições sindicais rurais alusivas aos exercícios de 2003, 2004 e 2005, acrescidas de juros, correção e multa.

Em contraposição ao decidido, as Autoras afirmam que "em nenhum momento houve revogação do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 1.166 de 15 de abril de 1971, recepcionado pela atual Constituição Federal na sua redação original, pelo artigo 5º da Lei n.º 9.701, de 17 de novembro de 1998, vez que o mesmo apenas modificou a sua redação, sem, no entanto, modificar, inovar ou alterar o dispositivo" (fl. 275). Defendendo a constitucionalidade do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 1.166/71, mencionam julgado do E. STF nesse sentido. Pugnam pela reforma da r. sentença para que o Réu seja condenado ao pagamento das contribuições postuladas na exordial, bem como em honorários advocatícios, invertendo-se as custas processuais.

Em que pese o posicionamento adotado pelo Juízo *a quo*, é pacífico no âmbito do Supremo Tribunal Federal o entendimento segundo o qual, conquanto "todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais, **assim ao CTN** (art. 146, III, *ex vi* do disposto no art. 149), isto não quer dizer que a instituição dessas contribuições exige

lei complementar: **porque não são impostos**, não há exigência no sentido de que seus fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes estejam definidos na lei complementar (art. 146, III, a) [...]". (STF, Plenário, RE 148754-2/RJ, excerto do voto do Min. Carlos Velloso, jun/93), [extraído da obra de PAUSEN, Leandro. **Direito Tributário**: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: ESMAFE, 2006, p. 151].

O referido Doutrinador, comentando o artigo 146, inc. III, alínea a, da Carta Magna, explica que, relativamente às contribuições especiais, "não cabe à lei complementar de normas gerais definir seus fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes. As contribuições especiais não se incluem no comando da alínea a, exclusivo para os impostos discriminados na Constituição. [...] Normalmente, exige-se apenas lei ordinária, o que somente é afastado quando a Constituição expressamente exige lei complementar, como é o caso da competência residual da União para a criação de contribuições para o custeio da Seguridade Social (art. 195, § 4º, da Constituição)" [op. cit., p. 103].

Na mesma esteira, referindo-se às contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, ensina Roque Antonio Carrazza que "tais contribuições também são tributos [...], devendo, destarte, ser instituídas ou aumentadas por meio de lei ordinária, sempre obedecido o regime jurídico tributário" [In: **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 11. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 369].

Desse ângulo, o artigo 5º da Lei n.º 9.701/1998 que alterou a redação do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 1.166/71, não padece do vício de inconstitucionalidade, porquanto ainda que a contribuição sindical rural seja um tributo, ela não é um imposto, mas espécie de contribuição especial, de interesse das categorias profissionais e econômicas (CF, art. 149).

Vencida essa questão, passa-se à análise do direito dos Autores ao recebimento das contribuições propriamente.

A esse respeito, verifica-se que o Réu, ao se opor à pretensão contida na petição inicial, apenas alegou que o valor cobrado não estava correto, sem explicar, no entanto, como obteve a quantia que entende correta, vale dizer, R\$ 6.024,62 em contraposição aos R\$ 18.045,43 apresentado pelos Autores. Todavia, percebe-se que a multa postulada com relação ao exercício de 2003, por exemplo, ultrapassa o valor do principal, o que segundo a maioria desta E. Turma não é possível, por aplicação analógica do art. 412 do atual Código Civil e da OJ n.º 54 da E. SDI-1 do C.TST.

Quanto aos honorários advocatícios pretendidos, não se tratando de ação decorrente de relação de emprego, são inaplicáveis à hipótese as regras insertas na Lei 5.584/1970, sendo

devido o seu pagamento pela mera sucumbência, como determina o artigo 5º da Instrução Normativa n.º 27/2005 do C. TST, que estabeleceu normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, *in verbis*:

"Art. 5º Exceto nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência."

Por outro lado, considerando-se os critérios estipulados no § 3º do artigo 20 do CPC: o zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para seu serviço, como determina o § 4º do mesmo dispositivo, fixam-se os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação.

Em vista de todo o exposto, dá-se provimento em parte ao recurso para, afastando a inconstitucionalidade declarada na r. sentença, condenar o Réu ao pagamento da contribuição sindical rural relativa aos exercícios de 2003, 2004 e 2005, acrescida de juros, correção monetária e multa (CLT, art. 600), esta última limitada ao valor da obrigação principal corrigida, honorários de advogado, no percentual de 15% sobre o valor da condenação, excluindo-se o valor apontado à fl. 33.

III – CONCLUSÃO

ACORDAM os Desembargadores da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELOS AUTORES**, bem assim das contra-razões; no mérito, por igual votação, **EM DAR-LHES PROVIMENTO EM PARTE** para, nos termos da fundamentação, afastando a inconstitucionalidade declarada na r. sentença, condenar o Réu ao pagamento da contribuição sindical rural relativa aos exercícios de 2003, 2004 e 2005, acrescida de juros, correção monetária e multa (CLT, art. 600), esta última limitada ao valor da obrigação principal corrigida, honorários de advogado, no percentual de 15% sobre o valor da condenação, excluindo-se o valor apontado à fl. 33.

Custas invertidas, pelo Reclamado, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R\$ 10.000,00, no importe de R\$ 200,00.

Intimem-se.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2009.

PAULO RICARDO POZZOLO

Relator

JOVEM AGRICULTOR APRENDIZ

Alunos do programa assistem aula sobre solo em Doutor Camargo

Jovens do município de Doutor Camargo tiveram no dia 27 de março uma aula prática sobre solos. Os alunos tiveram além dos conteúdos sobre o solo, trabalharam a questão do código florestal que trata do respeito às margens dos rios, minas e cursos d'água.

Outros temas como reserva legal e sustentabilidade também foram tratados. Patrícia Ferreira Pimentel, instrutora do SENAR-PR, usou um filme e fantoches para aplicar o conteúdo. Houve também conteúdo prático com utilização de material reciclável. "Com certeza esta lição ficou gravada para sempre na mente desses jovens" comemora Patrícia Ferreira.



SINDICATO RURAL

Ubiratã promove curso de classificação de sementes

O Sindicato Rural Patronal de Ubiratã em parceria com o SENAR-PR, realizou nos dias 20 e 21 de março um curso de Classificação de Sementes para os agricultores de sua região (soja e milho).]

O instrutor do SENAR-PR, Ramon Ponce Martins, aplicou o curso na sede do sindicato. "O curso tem como objetivo desempenhar com clareza a classificação de grãos para um maior rendimento agrícola" disse Martins.

Os temas tratados no curso foram legislação da classificação vegetal, determinação de unidade e amostragem para classificação de soja e milho.



CURSO DE JARDINEIRO

Sindicato de Japurá e SENAR-PR realizam curso de jardineiro

A parceria entre a prefeitura e sindicato rural de Japurá com o SENAR-PR realizou o curso de jardineiro para duas turmas no município. Ao todo foram 20 participantes, divididos em duas turmas de dez alunos cada. A primeira turma assistiu aula nos dias 17 e 19 e março, aplicadas pela instrutora do SENAR-PR Rosania Balasso e a outra turma nos dias 11, 12 e 13 com Fernanda

Marcuz, também instrutora do SENAR-PR. Os alunos tiveram acesso a conteúdos como identificação e plantas, preparo e melhoria do solo, materiais e equipamentos de jardinagem, tratos culturais entre outros. "É uma ótima oportunidade de negócio, uma vez que faltam profissionais qualificados em jardinagem" afirmou Luiz Carlos Frigo, presidente do sindicato rural de Japurá.



no rastro da

RASTREABILIDADE
0001

Não há outro caminho



A presença de representantes de mais de 70 países na Conferência Internacional sobre Identificação Animal e Rastreabilidade realizada em Buenos Aires, na Argentina, no final do mês de março mostrou que a rastreabilidade é um processo irreversível.

O diretor geral da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), Bernard Vallat, chamou a atenção para a situação dos países em desenvolvimento, que correm risco de perder acesso ao mercado em função de barreiras comerciais impostas devido às diferen-

ças que existem nos sistemas adotados atualmente. A recomendação é que estes países passem a aplicar progressivamente as normas internacionais estabelecidas pela OIE e pelo Codex Alimentarius.

Algumas das experiências discutidas durante a conferência serão apresentadas por esta coluna nas próximas edições do Boletim Informativo. Para começar, um “bate-bola” respondido pelos técnicos da FAEP, Fabrício Monteiro e Maria Silvia Digiovani que participaram da conferência e fazem

uma breve análise sobre a rastreabilidade no Brasil hoje.

O que é rastreabilidade?

Rastreabilidade é poder, em qualquer elo da cadeia, identificar as responsabilidades pelo produto, seja ele o boi (da fazenda para o frigorífico), seja ele a carne (do frigorífico para o mercado), cobrindo do campo à mesa do consumidor.

O que a identificação tem a ver com rastreabilidade?

A identificação pode ser feita sem rastreabilidade, mas não há rastreabilidade



sem identificação. Por meio de uma marcação permanente no corpo, a identificação caracteriza determinado animal, facilitando seu monitoramento territorial.

Como pode ser feita a rastreabilidade?

As opções são várias, desde que o mo-

delo escolhido possa ser auditado, ou seja, que o produtor tenha como provar que tem controle sobre o que está produzindo. O método mais comum é o brinco colocado na orelha do animal que, de acordo com o tipo, permite leitura ótica ou eletrônica. Cápsulas de cerâmica intra-ruminais reaproveitáveis também

estão sendo usadas e a novidade apresentada na conferência foi um brinco que ao ser aplicado coleta uma amostra de tecido do animal para armazenagem do código genético (DNA).

O que existe de concreto no Brasil hoje em termos de rastreabilidade?

Aqui a rastreabilidade ainda é voluntária e abrange apenas a pecuária de corte. Os pecuaristas que optam por aderir ao sistema devem encaminhar os dados do animal ao Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), que é um cadastro mantido pelo Ministério da Agricultura, cujo objetivo é ampliar o controle sanitário do rebanho nacional.

Porém a legislação que envolve seu funcionamento é complexa e de difícil aplicação. Este sistema precisa de um banco de dados, referente a cada animal e cada propriedade, que armazene informações de forma fácil e de onde estas possam ser facilmente resgatadas sempre que necessário. Isso não acontece. Temos certificadoras que não conseguem cumprir suas funções e produtores que não conseguem se adaptar ao modelo de rastreabilidade escolhido.

Para onde precisamos caminhar?

As necessidades crescentes de segurança alimentar e conquista de mercado impulsionam a rastreabilidade. Talvez a solução comece por três pontos bastante enfatizados durante a conferência da OIE. Um sistema de rastreabilidade deve ter boa relação de custo benefício, ser simples na operação e gerenciamento e por fim, ser facilmente auditável. Precisamos chegar a um modelo sem burocracias, que permite o fluxo de informações.

A rastreabilidade é uma ferramenta estratégica para o Brasil?

O Brasil é o maior exportador de carne do mundo e tem que trabalhar como tal. É uma ferramenta que abre mercado, melhora o gerenciamento de propriedades e, portanto, reduz custos e aumenta eficiência. Para quem quer exportar, sem rastreabilidade não há mercado.



Equipamentos para identificação animal

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável